



**PIAUÍ NÍQUEL METAIS S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**



## **Conteúdo**

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos acionistas da Piauí Níquel Metais S.A.

*Belo Horizonte - MG*

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Piauí Níquel Metais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Piauí Níquel Metais S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 2.2 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 121.899 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 17.449 mil. Conforme apresentado na Nota 2.2, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

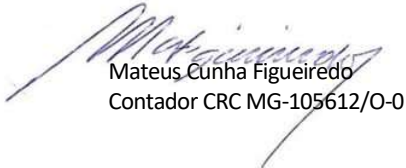
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo  
Contador CRC MG-105612/O-0

## Piauí Níquel Metais S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023 e 01 de dezembro de 2022

*(Em milhares de reais – R\$)*

	Nota	31/12/24	31/12/23
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.147	2.893
Estoques	5	13.569	16.847
Impostos a recuperar	6	627	10.421
Outros ativos circulantes		1.811	2.692
		<b>19.154</b>	<b>32.853</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos judiciais		305	253
Impostos a recuperar	6	593	1.669
Mútuos com parte relacionadas	21	49.200	35.295
		<b>50.098</b>	<b>37.217</b>
Direito de uso - arrendamentos	9	847	7.305
Imobilizado	7	155.597	146.818
Intangível	8	248.422	118.470
		<b>404.866</b>	<b>272.593</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>474.118</b>	<b>342.663</b>

**Passivo e patrimônio líquido****Passivo circulante**

	Nota	31/12/24	31/12/23
Fornecedores	10	10.381	8.086
Obrigações trabalhistas e sociais	11	6.632	4.409
Obrigações tributárias		1.736	1.097
Arrendamentos a pagar	9	577	6.650
Obrigações relativas a direitos minerários adquiridos	12	16.576	14.958
Outras contas a pagar		701	665
		<b>36.603</b>	<b>35.865</b>

**Passivo não circulante**

	Nota	31/12/24	31/12/23
Arrendamentos a pagar	9	441	1.104
Provisão para reabilitação ambiental	13	8.780	9.716
Obrigações financeiras assumidas junto a terceiros	14	128.335	75.715
Provisão para riscos	15	7.471	6.131
Obrigações relativas a direitos minerários adquiridos	12	13.696	9.695
Outras obrigações de longo prazo		301	253
		<b>159.024</b>	<b>102.614</b>

**Patrimônio líquido**

	Nota	31/12/24	31/12/23
Capital social	16	597.331	422.582
(-) Capital a integralizar	16	-	(5.602)
Pagamento baseado em ações	16	33.384	17.529
Prejuízos acumulados		(352.224)	(230.325)
		<b>278.491</b>	<b>204.184</b>

**Total do passivo e patrimônio líquido**

	Nota	31/12/24	31/12/23
		<b>474.118</b>	<b>342.663</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Piauí Níquel Metais S.A.  
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais – R\$)

	<b>Notas</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Receita líquida	17	4.521	25.137
Custo dos produtos vendidos	18	1.536	(86.819)
<b>Resultado bruto</b>		<b>6.057</b>	<b>(61.682)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	18	(504)	(6.970)
Despesas gerais e administrativas	18	(50.719)	(31.127)
Outras despesas operacionais	19	(29.910)	(5.860)
		<b>(81.133)</b>	<b>(43.957)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>(75.076)</b>	<b>(105.639)</b>
Receitas financeiras	20	22.729	3.506
Despesas financeiras	20	(69.552)	(16.434)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(46.823)</b>	<b>(12.928)</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>(121.899)</b>	<b>(118.567)</b>
Impostos de renda e contribuição social		-	-
<b>Prejuízo líquido</b>		<b>(121.899)</b>	<b>(118.567)</b>
Prejuízo por ação – Em R\$	16	(43,63)	(47,97)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Piauí Níquel Metais S.A.  
 Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de reais – R\$)*

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Prejuízo líquido</b>	<b>(121.899)</b>	<b>(118.567)</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>(121.899)</u></b>	<b><u>(118.567)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Piauí Níquel Metais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais – R\$)

	<b>Capital social</b>	<b>(-) Capital a integralizar</b>	<b>Reserva de capital</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>302.335</b>	<b>(19.589)</b>	<b>6.717</b>	<b>(111.758)</b>	<b>177.705</b>
Integralização de capital	120.247	13.987	-	-	<b>134.234</b>
Plano de pagamento baseado em ações	-	-	10.812	-	<b>10.812</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(118.567)	<b>(118.567)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>422.582</b>	<b>(5.602)</b>	<b>17.529</b>	<b>(230.325)</b>	<b>204.184</b>
Integralização de capital	174.749	5.602	-	-	<b>180.351</b>
Plano de pagamento baseado em ações	-	-	15.855	-	<b>15.855</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(121.899)	<b>(121.899)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>597.331</b>	<b>-</b>	<b>33.384</b>	<b>(352.224)</b>	<b>278.491</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Piauí Níquel Metais S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

*(Em milhares de reais – R\$)*

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado do exercício		(121.899)	(118.567)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		7.643	16.762
Provisão para realização de estoques	5	597	17.204
Juros sobre passivos de arrendamento	9	112	448
Encargos financeiros sobre obrigações relativas a direitos minerários adquiridos	12	5.619	2.809
Juros e variação cambial sobre mútuo concedido a partes relacionadas	21	(13.905)	(22.840)
Encargos financeiros sobre obrigações financeiras assumidas com terceiros	12	52.619	7.899
Encargos financeiros sobre provisão para recuperação ambiental	13	437	(50)
Provisão para riscos	15	1.340	2.566
Remensuração da provisão para recuperação ambiental	13	-	660
Pagamentos baseado em ações ( <i>Stock Options</i> )	16	15.855	10.812
Baixa de imobilizado e intangível		4.204	356
		<u>(47.378)</u>	<u>(59.101)</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Estoques	5	2.681	(11.516)
Impostos e contribuições a recuperar	6	10.870	(809)
Outros ativos		828	(961)
Fornecedores	10	(2.946)	3.874
Obrigações trabalhistas	11	3.522	3.013
Juros pagos sobre passivos de arrendamento	9	(112)	(448)
Obrigações tributárias		266	848
Outras obrigações		84	911
		<u>(32.185)</u>	<u>(87.029)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	7	(11.224)	(31.119)
Aquisição de intangível	8	(129.952)	(38.145)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(141.176)</u>	<u>(69.264)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamentos de Arrendamentos	9	(6.736)	(11.397)
Obrigações financeiras assumidas junto a terceiros	14	-	35.811
Integralização de Capital		180.351	134.234
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>173.615</u>	<u>158.648</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>254</u>	<u>2.355</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.893	538
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3.147	2.893
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>254</u>	<u>2.355</u>



Piauí Níquel Metais S.A.  
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de reais – R\$)*

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Piauí Níquel Metais S.A. (“Piauí Níquel”, “PNM” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. A Companhia é integralmente controlada pela Brazilian Nickel Limited (“BRN”) com sede no Reino Unido e tem como objeto social (a) a exploração, prospecção, mineração, transformação e comércio de recursos minerais de todos os tipos; (b) a importação e exportação de bens e produtos relacionados com ou necessários para as atividades listadas no item (a); (c) a exploração e o desenvolvimento de depósitos minerais em todo o território brasileiro; e (d) o investimento em outras empresas envolvidas nas atividades listadas nos itens (a) a (c) acima. O complexo minério-industrial que compõe a infraestrutura e apoio ao empreendimento está localizado no município de Capitão Gervásio Oliveira.

A Companhia é detentora de direitos de exploração de uma jazida de níquel (Processo DNPM 804.290/1970), localizada no município de Capitão Gervásio Oliveira, no Estado do Piauí, com reservas minerárias estimadas de 731.000 toneladas de níquel. Atualmente, a Companhia está operando uma planta demonstração de pequena escala denominada “Projeto PNP1000”

Paralelamente, a Companhia iniciou o desenvolvimento de um projeto para a expansão de suas atividades voltado a exploração e produção em larga escala, denominado “Projeto Full Scale”, cujo início da operação é estimado para o ano de 2029. Uma vez iniciada a operação do Projeto Full Scale, estima-se que as atuais reservas minerárias serão consumidas em, aproximadamente, 30 (trinta) anos.

## 2 Base e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem as normas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das demonstrações financeiras em 10 de outubro de 2025.

### 2.2 Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional (“going concern”), embora a Piauí Níquel Metais S.A. tenha registrado um prejuízo antes dos impostos de R\$121.899 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 118.567 em 2023). Ademais, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$17.449. Durante o referido exercício, a Companhia também avançou no desenvolvimento do projeto PPN, incluindo a conclusão de etapas de engenharia, obtenção de licenças ambientais e estudos geotécnicos para otimizar o plano de lavra.

A Piauí Níquel Metais S.A. (“PNM”) implementou com sucesso sua planta piloto de processamento em pequena escala, “PNP1000”, e, durante 2024, gerou R\$ 4.521 com a venda de concentrado de níquel produzido nessa planta. Com base na análise das aprendizagens técnicas acumuladas com o PNP1000, os Diretores aprovaram um plano para paralisar a escala de operações da planta piloto, permitindo que a PNM se concentrasse no projeto de grande escala, incluindo seu design e execução. Isso resultou na paralisação das operações de mineração e do número de módulos de lixiviação em processamento. Consequentemente, a PNM não espera gerar fluxos de caixa operacionais até a conclusão e início das atividades da planta de grande escala.



Desde a paralisação das operações da planta piloto PNP1000, a PNM tem gerido cuidadosamente seus compromissos de caixa e liquidez, considerando a volatilidade do mercado e o atraso no fechamento do processo de captação de recursos. A gestão de liquidez e dos compromissos financeiros é periodicamente discutida e revisada pelo Conselho de Administração da BRN, sua controladora, que realiza reuniões regulares para tratar das necessidades de caixa de curto e médio prazo, além das estratégias para garantir a continuidade operacional.

Atualmente, as operações diárias da empresa são financiadas por aportes de caixa provenientes de dívidas e financiamentos de capital realizados pelos acionistas da BRN.

Embora seja necessário assegurar financiamento suficiente para cumprir as obrigações financeiras existentes no período projetado e avançar com o projeto em escala total, a empresa precisará captar recursos significativos. Durante 2023 e ao longo de 2024, o mercado de níquel apresentou volatilidade e incertezas, em grande parte devido ao excesso de oferta. Apesar de estar em negociações com potenciais investidores, a volatilidade contínua resultou em atrasos e incertezas adicionais quanto ao cronograma de captação de recursos. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, nenhum financiamento foi garantido. A PNM conta com o suporte financeiro de sua controladora Brazilian Nickel Limited para arcar com despesas e gastos operacionais enquanto aguarda pela conclusão do processo de financiamento do grupo.

Os Diretores elaboraram projeções de fluxo de caixa para um período de pelo menos 12 meses a partir da data de aprovação destas demonstrações financeiras. Essas projeções consideram medidas para reduzir despesas não discricionárias e preservar o caixa. No entanto, para fins de continuidade operacional, não foram considerados financiamentos potenciais devido à incerteza quanto ao momento de sua concretização. As projeções também assumem que os empréstimos conversíveis da BRN serão integralmente convertidos em ações. Ainda assim, as projeções indicam que a PNM precisará de financiamento adicional durante o período projetado para cumprir suas obrigações.

Apesar das incertezas, os Diretores acreditam que há uma expectativa razoável de que a BRN obterá financiamento suficiente para atender às suas obrigações financeiras à medida que vencerem e para viabilizar a execução do plano de desenvolvimento em escala total do PPN pela PNM.

Com base nesses fatores, os Diretores acreditam ser apropriado preparar as demonstrações financeiras com base na continuidade operacional. No entanto, os fatos mencionados indicam a existência de uma incerteza relevante, que pode gerar dúvidas significativas sobre a capacidade do grupo e da empresa de continuar operando como uma entidade em continuidade, de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que seriam necessários caso a premissa de continuidade operacional não fosse aplicável.

### **2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional adotada pela Companhia é o Real, Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos e os passivos em moeda estrangeira são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Na data do balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moedas diferentes da moeda funcional são convertidos pelos valores que se apresentam na data do balanço e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

## 2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são revistos de forma contínua pela Administração. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

**Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros (Nota 5, 7 e 8):** anualmente, a Companhia avalia o valor recuperável de seus ativos, entre eles os estoques, imobilizado e intangíveis;

**Valor justo de instrumentos financeiros (Nota 14):** o valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Assim, a Companhia avalia diversos métodos e premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço;

**Provisão para riscos (Nota 15):** Conforme descrito na nota 15, a Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as demandas que representem perdas prováveis. A avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos;

**Provisão para reabilitação ambiental (Nota 13):** Como parte das atividades de mineração, a Companhia reconhece provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperadas dos referidos custos;

**Taxas de vida útil do ativo imobilizado (Nota 7):** A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens;

**Taxa incremental do arrendamento (Nota 9):** A obtenção da taxa incremental sobre o arrendamento envolve julgamento e é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

## 3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### 3.1 Instrumentos financeiros



Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC48 – Instrumentos financeiros.

### **Ativos financeiros**

#### *i) Reconhecimento e mensuração inicial*

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

#### *ii) Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou (iv) ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

#### *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;



- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado.

**Passivos financeiros**

i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

ii) Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui passivos financeiros mensurados (i) ao custo amortizado, representados pelos saldos de fornecedores, arrendamentos a pagar e obrigações relativas a direitos minerários adquiridos, e (ii) ao valor justo por meio do resultado, representado pelas obrigações financeiras assumidas junto a terceiros.

iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### 3.2 Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Quando oportuno, a Companhia classifica seus ativos e passivos utilizando a metodologia do CPC 46, cuja mensuração é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência. As premissas de mensuração do valor justo se baseiam em três níveis como segue;

- *Nível 1* – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- *Nível 2* – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do *nível 1*, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- *Nível 3* – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

A Companhia analisa e atualiza de forma consistente as políticas de compras e financeira utilizando operacionalmente mapa de cotação no *nível 1* e quando necessário *nível 2* consubstancialmente, evidenciando o valor justo no preço da transação.

### 3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins.

São classificados nesse grupo os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo com vencimentos inferiores a 90 dias, que possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante de caixa, e possuem risco insignificante de mudança de valor, mensurado ao valor justo por meio do resultado.

### 3.4 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Os custos de formação dos estoques são determinados pelos custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, apropriados pelo método de custo médio e

estão distribuídos entre produtos acabados e produtos em elaboração.

### 3.5 Ativo imobilizado

#### i) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzidos dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos incluem gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção desses ativos. Os custos subsequentes as aquisições dos ativos são incluídas no valor contábil dos ativos somente quando é provável que benefícios econômicos futuros relacionados com o item agregarão valor para a Companhia e ainda serem mensuráveis de maneira confiável. Todos os outros custos, incluindo custos de reparos e manutenção, são registrados no resultado do período em que são incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

#### ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

O sumário da vida útil dos bens do ativo imobilizado está apresentado a seguir:

	2024	2023
Edificações e benfeitorias	10 a 32 anos	3 a 60 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 30 anos	3 a 28 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Móveis, utensílios e computadores	05 a 10 anos	05 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

### 3.6 Ativos intangíveis

São demonstrados ao valor de custo, deduzidos de amortização e eventuais perdas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

#### Direitos Minerários

##### i) Despesas de exploração

Refletem, basicamente, os gastos com atividades de pesquisas geológicas necessárias ao estudo de viabilização de novos projetos de extração e são considerados despesas operacionais até que seja

efetivamente estabelecida a viabilidade econômica e a exploração comercial de determinada jazida. A partir daí, as despesas incorridas são capitalizadas como direitos minerários, mensurados ao custo.

Os gastos com exploração são capitalizados somente se puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos-futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto.

ii) Extração de estéril para acesso a depósitos de minério (custos de extração)

Os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte de o custo do ativo mineiro. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil da mina. Os custos de decapagem incorridos durante a fase de produção são adicionados ao valor dos estoques, exceto quando é realizada uma campanha específica de mineração para acesso a jazidas mais profundas dentro do depósito. Nestes casos, os custos identificáveis são classificados como não circulantes quando a jazida de minério é extraída e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

iii) Amortização dos direitos minerários

A exaustão da mina é calculada de acordo com o volume de minério extraído. As vidas úteis e o valor residual dos ativos são revistos no final do período de relato e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado.

iv) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento de tecnologias relacionadas ao Projeto Full Scale são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada baseada na vida útil do projeto (reservas) e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

### 3.7 Provisão para recuperação ao valor recuperável do ativo ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

*i) Ativos financeiros não-derivativos*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado sempre que necessário.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

*Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sempre que existente, é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

#### *ii) Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **3.8 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios (construção e operação da planta).

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo custo histórico, considerando o ajuste ao valor presente e variação cambial quando aplicável e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **3.9 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, geralmente igual ao custo histórico, considerando o ajuste ao valor presente e variação cambial quando aplicável, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas se, como resultado de um evento passado, a Companhia possui uma

obrigação legal ou contratual presente que pode ser confiavelmente estimado, e é provável que um desembolso ocorra em momento futuro para fazer face às obrigações.

As provisões são determinadas pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa estimados com base em uma taxa, excluída de efeitos fiscais, que reflitam as condições correntes de mercado para avaliação do dinheiro no tempo e o risco atrelado ao passivo específico.

*i) Provisão para contingências*

A provisão para contingências, quando aplicável, são constituídas em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais insucessos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for caracterizado como provável o risco de perda em ações judiciais ou administrativas.

*ii) Provisões para desmobilização de ativos, recuperação socioambiental e socioeconômica*

A provisão para reabilitação ambiental é reconhecida utilizando o método do custo amortizado usando uma taxa de juros livre de risco ao valor justo relativo da provisão. Esta provisão é o resultado de custos futuros estimados de descomissionamento e reintegração relacionados à planta de demonstração e acampamento. A provisão é ajustada ao longo do tempo pelo acréscimo de juros e revisões nos custos estimados, incluindo despesas de descomissionamento e reintegração, baseadas em planos de fechamento, requisitos legais e melhores práticas ambientais. O valor justo relativo da provisão é revisado periodicamente, e os ajustes são registrados no passivo e, geralmente, contra o valor contábil do ativo relacionado.

### **3.11 Reconhecimento da receita**

A receita é reconhecida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos impostos sobre vendas, e reconhecida na extensão em que for provável a geração de benefícios econômicos para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável de acordo com CPC 47. A Companhia reconhece a receita quando o controle do bem é transferido para o cliente através do despacho da mercadoria do depósito da companhia para o cliente. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contrato.

### **3.12 Receitas e despesas financeiras**

Receitas financeiras incluem, quando aplicável, rendimentos de aplicações financeiras, ganhos na venda de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As receitas financeiras (juros e rendimentos) são reconhecidas por competência utilizando o método dos juros efetivos.

Despesas financeiras compreendem, quando aplicável, os juros incorridos de empréstimos e financiamentos, juros incorridos sobre obrigações, e variações no valor justo de passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As despesas financeiras são reconhecidas por competência utilizando o método dos juros efetivos.

### **3.13 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30%

do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

i) Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido pela Companhia, no balanço patrimonial na rubrica "Imposto de renda e contribuição social a recuperar ou a recolher" pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, o qual reflete as incertezas, se houver, na sua apuração. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço.

ii) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Em razão da ausência de expectativa de lucros tributáveis futuros, a Companhia não vem reconhecendo nenhum ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais auferidos.

### 3.14 Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

As provisões relacionadas com benefícios a empregados estão vinculadas a rubrica de obrigações trabalhistas e sociais, compostas por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade, alimentação e plano de saúde vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações financeiras.

ii) Acordos de pagamento baseado em ações

A Companhia implementou um plano de pagamento baseado em ações em contrapartida a custos de prestação de serviços de alguns executivos e colaboradores chave, certos custos são mensurados a valor justo na data do recebimento desses serviços. A Companhia utiliza o método Employee Stock Ownership Plans ou (ESOP,s) como forma de incentivo e performance, alinhando os interesses da Companhia, Colaboradores e acionistas.

### 3.15 Arrendamentos

A Companhia participa como arrendatária em contratos principalmente relacionados a locação de máquinas e equipamentos, veículos destinados a operação na mina e locação de imóveis administrativos. A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.



A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais ela seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

Para os arrendamentos para os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia adota a incremental de captação.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento sempre que:

O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício;

Da opção de compra e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada;

Os pagamentos de arrendamento são alterados devido às mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).

### **3.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

O ajuste a valor presente de ativos e passivos é aplicado visando garantir que os valores contábeis reflitam seu valor presente líquido, considerando a valorização temporal do dinheiro. Esse processo envolve a aplicação de taxas de desconto apropriadas, baseadas nas taxas de mercado atuais e nas características específicas dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Essa prática é fundamental para proporcionar uma análise financeira precisa da empresa, facilitando a tomada de decisões estratégicas alinhadas com as condições econômicas vigentes.

### **3.17 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Empresa possui uma obrigação presente de transferir um recurso econômico como resultado de evento passado. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável

que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 3.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

#### Principais normas e emendas:

##### IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas e cinco categorias na demonstração de lucro e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

##### Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 E IFRS 7)

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Conta corrente	-	48
Aplicações de liquidez imediata	3.147	2.845
	<b>3.147</b>	<b>2.893</b>

O saldo de aplicações financeiras refere-se a aplicações automáticas dos valores disponíveis em conta corrente, possuem resgate automático e remuneração que podem variar de 95% a 100% da variação dos certificados de depósito bancários – CDI, dependendo do prazo em que os recursos permanecerem aplicados.

## 5 Estoques

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Produto em elaboração	259	2.473
Produto acabado	2.439	17.981
Materiais e insumos	11.468	13.597
(-) Provisão para redução ao valor realizável líquido	(597)	(17.204)
	<b>13.569</b>	<b>16.847</b>

A movimentação da provisão para valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Saldo inicial	(17.204)	(1.657)
Provisão	(597)	(17.2024)
Reversão	17.204	1.657
Saldo final	<b>(597)</b>	<b>(17.204)</b>

Em 2024, a provisão para realização dos estoques, constituída no exercício anterior, foi revertida em razão da venda de parte do volume existente. No mesmo período, a Companhia reavaliou a provisão para realização do estoque remanescente, resultando no reconhecimento de uma nova provisão. Adicionalmente, como não houve produção durante o exercício, reduziu-se a necessidade de constituição de provisões adicionais.

## 6 Tributos a recuperar

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
PIS e COFINS a recuperar	1.053	11.882
Outros impostos a recuperar	167	208
	<b>1.220</b>	<b>12.090</b>
Circulante	627	10.421
Não circulante	593	1.669

A Companhia mantém créditos de PIS e COFINS cuja realização se dará pela compensação de outros tributos federais conforme previsto na legislação fiscal. A composição dos créditos inclui bens e serviços utilizados como insumo durante a produção da PNP1000, nos termos do art. 3º, incisos II, III e IX, das Leis nº 10.637/2002 10.833/2003 e, também, de ativos imobilizados, inclusive máquinas e equipamentos, de acordo com as regras estabelecidas pelos incisos VI e VII do mesmo dispositivo legal.

Em 2024, a Companhia reavaliou sua expectativa de aproveitamento dos créditos tributários e, devido a esse fato, compensou parte desses créditos neste exercício.

## 7 Imobilizado

A composição do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2024			2023
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Edificações e Instalações	93.327	(4.113)	89.214	65.619
Máquinas e equipamentos	60.338	(7.535)	52.803	50.727
Outros ativos imobilizados	-	-	-	3.021
Ativos em construção (b)	7.721	-	7.721	20.218
<b>Total (c)</b>	<b>161.386</b>	<b>(11.648)</b>	<b>149.738</b>	<b>139.585</b>
Custo de reabilitação ambiental (a)	5.859	-	5.859	7.232
<b>Total</b>	<b>167.245</b>	<b>(11.648)</b>	<b>155.597</b>	<b>146.818</b>

(a) Os custos para reabilitação ambiental referem-se aos gastos ambientais estimados para recuperação das áreas degradadas em função da atividade minerária e desmobilização de ativos e sua apropriação ao resultado é realizada de acordo com a exaustão da mina (vida útil da reserva).

A movimentação do ativo relativo ao custo de reabilitação ambiental está apresentada a seguir:

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>7.232</b>	<b>7.861</b>
Adição	(1.373)	-
Remensuração (i)	-	(629)
<b>Saldo final</b>	<b>5.859</b>	<b>7.232</b>

(i) A Companhia revisa o cálculo do custo de reabilitação ambiental, considerando a nova vida útil estimada da mina na data das demonstrações financeiras, as novas áreas a serem lavradas e os investimentos necessários para alcançar esses objetivos.

Detalhes adicionais acerca da provisão para reabilitação ambiental encontra-se disponível na Nota 13.

(b) Os gastos registrados na rubrica “Imobilizado em andamento” estão relacionados, principalmente, ao projeto denominado “PPN – Projeto Full Scale” e referem-se à supressão vegetal, ampliação do alojamento e custos com o pessoal alocado a esse projeto.

(c) A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:



	Ativos em construção	Edificações e Instalações	Máquinas e equipament os	Outros Ativos	Total
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>7.005</b>	<b>60.404</b>	<b>43.906</b>	<b>2.425</b>	<b>113.740</b>
Adição	20.529	1.998	7.490	1.102	31.119
Baixas	(4)	(37)	(274)	(42)	(357)
Transferências	(7.312)	5.323	1.985	4	-
Depreciação	-	(2.069)	(2.380)	(468)	(4.917)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>20.218</b>	<b>65.619</b>	<b>50.727</b>	<b>3.021</b>	<b>139.585</b>
Adição	3.968	9.241	1.007	1.324	15.540
Baixas	-	-	(16)	(4.187)	(4.203)
Transferências	(16.465)	14.735	1.464	266	-
Depreciação	-	(381)	(379)	(424)	(1.184)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>7.721</b>	<b>89.214</b>	<b>52.803</b>	<b>-</b>	<b>149.738</b>

A Administração não identificou alterações significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado.

Em 2024, a Companhia suspendeu temporariamente a depreciação da planta piloto PNP1000 em razão da interrupção de sua operação regular para reconfiguração técnica e realização de estudos adicionais voltados ao desenvolvimento da futura planta em escala industrial. Durante esse período, os ativos permanecem sob controle técnico, com manutenções corretivas e preventivas destinadas a preservar sua integridade física e operacional. Informações sobre os custos relacionados estão apresentadas na nota de Outras Despesas Operacionais.

Na data de encerramento destas demonstrações financeiras, a Administração entendeu que não houve desvalorização de seus ativos tangíveis, uma vez que não se evidenciou nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Não há ativos dados em garantia direta para empréstimos e financiamentos da Companhia.

## 8 Intangível

A composição do intangível está demonstrada a seguir:

	2024		2023	
	Custo	Amortização acumulada	Saldo	Saldo
Direitos minerários	12.907	(1.000)	11.907	11.907
Gastos com pesquisa e desenvolvimento (i)	236.515	-	236.515	106.563
	<b>249.422</b>	<b>(1.000)</b>	<b>248.422</b>	<b>118.470</b>

(i) Os gastos com pesquisa e desenvolvimento abrangem gastos relacionados ao desenvolvimento dos projetos de mineração, entre eles: engenharia detalhada, salários e benefícios (que englobam remuneração e encargos sociais para os profissionais diretamente envolvidos nas atividades de P&D), despesas com transporte e acomodações, entre outros.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Direitos minerários	Gastos com pesquisa e desenvolvimento	Total
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>11.907</b>	<b>68.418</b>	<b>80.325</b>
Adição	-	38.145	38.145
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>11.907</b>	<b>106.563</b>	<b>118.470</b>
Adição	-	129.952	129.952
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>11.907</b>	<b>236.515</b>	<b>248.422</b>

## 9 Direito de uso – Arrendamento / Arrendamentos a pagar

A movimentação dos direitos de uso está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	<b>7.305</b>	-
Adição	-	19.150
Amortização	<b>(6.458)</b>	(11.845)
<b>Saldo final</b>	<b>847</b>	<b>7.305</b>

Os passivos de arrendamento foram mensurados ao valor presente dos pagamentos previstos em contrato, descontados a valor presente por meio da taxa média incremental de 10,00% a.a.

A movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada a seguir:

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>7.754</b>	-
Adição	-	19.151
Juros provisionados	112	448
Pagamentos	(6.848)	(11.845)
<b>Saldo final</b>	<b>1.018</b>	<b>7.754</b>
Circulante	577	6.650
Não Circulante	441	1.104

O cronograma de vencimento dos passivos de arrendamentos é como segue:

	2024	2023
12 meses	577	6.650
24 meses	441	1.104
<b>Saldo final</b>	<b>1.018</b>	<b>7.754</b>

## 10 Fornecedores

Refere-se, principalmente, a serviços e insumos contratados voltados a pesquisa e desenvolvimento da planta industrial piloto e de tecnologias relacionadas a extração e processamento do níquel.

	2024	2023
Fornecedores nacionais	10.316	7.994
Outros	65	92
<b>Total</b>	<b>10.381</b>	<b>8.086</b>

**11 Obrigações trabalhistas**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Salários a pagar	1.833	1.312
Encargos sociais a pagar	1.092	757
Provisão de férias e encargos	3.707	2.340
	<b>6.632</b>	<b>4.409</b>

**12 Obrigações relativas a direitos minerários adquiridos**

Em 11 de abril de 2003, a Vale S.A. (então denominada Companhia Vale do Rio Doce – CVRD) firmou um acordo com a José da Luz Coelho Ltda. (“JLC”) para exploração da jazida conhecida como “São João do Piauí”, relativa ao processo DNPM 804.290/1970, em contrapartida ao pagamento de uma parcela inicial fixa, no montante de USD 2.500, e uma parcela variável a ser calculada a partir da produção futura extraída da jazida até sua exaustão.

Em 18 de dezembro de 2013, a Companhia, a Vale S.A. e JLC celebraram um aditivo ao contrato inicial, no qual a Vale S.A. transferiu para a Companhia a sua posição para exploração da referida jazida, bem como todos os direitos, obrigações, ações, privilégios e garantias assumidas perante a JLC.

Adicionalmente, em razão do aditivo firmado, a Companhia se comprometeu a pagar a Vale S.A. um montante de USD 6.000, condicionados ao atingimento de determinados marcos do projeto, dos quais USD 3.500 já haviam sido quitados pela Companhia. O saldo remanescente, equivalente a USD 2.500 está condicionado a captação dos recursos necessários pela Companhia para construção do projeto de exploração da mina denominado PPN – Projeto Full Scale.

Em razão de uma discussão judicial envolvendo os sócios da JLC e seus sucessores legais, o pagamento da parcela inicial devida à JC não foi efetivado e encontra-se provisionado nos demonstrativos da Companhia pelo seu valor atualizado, aguardando a evolução das discussões na esfera judicial.

Em razão da Administração entender ser provável o desembolso da parcela remanescente devida a Vale S.A., o referido montante encontra-se provisionado pela expectativa de desembolso futuro, trazido a valor presente por uma taxa de desconto equivalente a 12,31% em 2024 (11,27% em 2023). O prazo estimado de desembolso é obtido com base na expectativa de início da construção do projeto.

A composição das obrigações por contraparte é como segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
JLC	16.576	14.958
Vale S.A.	13.696	9.695
	<b>30.272</b>	<b>24.653</b>

A movimentação dos valores devidos está demonstrada a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>24.653</b>	<b>21.844</b>
Reversão	2.768	-
Atualizações monetárias	2.851	2.809
<b>Saldo final</b>	<b>30.272</b>	<b>24.653</b>



O vencimento das obrigações relativas a direitos minerários adquiridos é como segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Entre 01 e 12 meses	16.576	14.958
Entre 12 e 36 meses	13.696	9.695
	<b>30.272</b>	<b>24.653</b>

### 13 Provisões para reabilitação ambiental

A Companhia possui provisão para recuperação ambiental no montante de R\$9.786 (R\$9.716 em 2023), que abrange as áreas degradadas durante seu processo de exploração mineral.

Os gastos estimados levam em consideração a expectativa da Administração para o fechamento de mina e consideram as ações necessárias para o descomissionamento das estruturas e a reabilitação de áreas afetadas pela exploração mineral, de modo que impactos e passivos ambientais sejam o menor possível e possibilitando o uso futuro sustentável das áreas. Os gastos apresentados foram estimados a partir do levantamento técnico, juntamente com o reconhecimento da realidade ambiental e condições das áreas degradadas. As estimativas de gastos, bem como a área afetada pela exploração mineral, são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

Para determinação da provisão, os gastos projetados foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa real de desconto livre de riscos, equivalente a 2,5% ao ano.

A movimentação da provisão para reabilitação ambiental está demonstrada a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>9.716</b>	<b>9.735</b>
Adição	-	-
Remensuração (i)	(1.373)	(785)
Juros sobre reabilitação	437	766
<b>Saldo final</b>	<b>8.780</b>	<b>9.716</b>

(i) A Companhia revisou o cálculo do custo de reabilitação ambiental, considerando a vida útil estimada da mina, as áreas a serem lavradas e os investimentos necessários para alcançar seus objetivos.

O cronograma de vencimento das obrigações para reabilitação ambiental é como segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
24 meses	8.780	9.716
36 meses	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>8.780</b>	<b>9.716</b>

### 14 Obrigações financeiras assumidas junto a terceiros

Em 14 de setembro de 2017, a Companhia celebrou um contrato financeiro junto a Ecora Resources PLC ("Ecora"), no montante de USD 72.000, visando obter recursos para financiar o projeto de exploração mineral da jazida de São João do Piauí e, em troca dos recursos a serem recebidos, a



Companhia se comprometeu a pagar a Ecora um percentual de royalties a ser calculada a partir das vendas futuras do minério extraído da jazida desde o início da produção até sua exaustão.

De acordo com o contrato firmado, ficou estipulado que o desembolso dos recursos pela Ecora se daria em 3 tranches distintas, sendo a primeira no valor de USD 2.000, ocorrida em setembro de 2021, a segunda no valor de USD 7.500, ocorrida em novembro de 2023 e, uma última tranche, no valor de USD 62.500, ainda não efetivada. Em contrapartida aos desembolsos efetuados, a Ecora passou a ter direito a receber um percentual equivalente a 1,25% sobre a receita bruta futura em razão da primeira tranche e outros 0,35% sobre a receita bruta futura em razão da segunda tranche, totalizando um percentual total de 1,6% da receita bruta futura. Caso a terceira tranche se efetive, a Ecora fará jus a um percentual adicional equivalente a 2,5% da receita bruta futura.

As obrigações financeiras assumidas pela Companhia junto a Ecora em função do contrato firmado foram mensuradas pelo seu valor justo, considerando a receita bruta futura, levantada a partir do plano de negócios elaborada pela Administração, trazida a valor presente por uma taxa apropriada equivalente a 19,3%, que reflete a taxa interna de retorno (*Internal Rate of Return*) do referido contrato.

O passivo relativo aos royalties foi mensurado pelo método do Valor Presente Esperado (E-PV). A taxa de desconto foi definida a partir de uma amostra de três companhias não financeiras — Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., Usinas Itamarati e Voke S.A. — que emitiram dívidas em 2024. Essas empresas foram selecionadas entre 13 pares considerados comparáveis, dentro de um universo de 47 companhias com ratings entre B/CCC(bra) e BBB(bra)/brBBB, todas com perfil de endividamento semelhante ao da PNM e sem histórico de inadimplência. Os pares escolhidos apresentam risco moderado e dependem de condições de mercado favoráveis para honrar suas obrigações.

Os fluxos de caixa projetados foram ponderados de acordo com as probabilidades atribuídas a cada cenário. Em conformidade com a IFRS 9, o instrumento foi classificado na categoria “Valor Justo por meio do Resultado” (FVTPL).

A estrutura probabilística adotada replica a metodologia previamente aplicada pela Ecora Resources neste mesmo ativo (PNP), priorizando a decomposição dos riscos por meio de cenários distintos em vez de ajustes exclusivamente na taxa de desconto. O modelo contempla quatro cenários-base, com distribuição de 55% (business plan), 10% (pessimista), 10% (otimista) e 25% (interrupção). A definição dos pesos reflete uma análise integrada de fundamentos técnicos, condições de mercado e o estágio de maturidade do projeto.

A movimentação dos valores a pagar em razão da obrigação financeira está apresenta a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>75.715</b>	<b>32.004</b>
Adições	-	35.811
Encargos financeiros	31.284	7.900
Variação Cambial	21.336	-
<b>Saldo final</b>	<b>128.335</b>	<b>75.715</b>

O vencimento das obrigações financeiras assumidas junto a terceiros está ancorado no plano de exploração da mina, no âmbito do Projeto Full Scale, sendo que os pagamentos têm início estimado para o final de 2026.



## 15 Provisão para riscos

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Processos judiciais cíveis (i)	550	501
Processos judiciais trabalhistas (i)	-	650
Passivos contingentes trabalhistas (ii)	6.921	4.980
	<b>7.471</b>	<b>6.131</b>

(i) A PNM, por meio de seus assessores jurídicos, avaliou uma provisão relacionada à contratação de pessoas jurídicas para cargos de liderança dentro da Companhia. Foi determinado que há uma probabilidade de perdas devido à prestação de serviços para atividades normalmente consideradas como emprego. No caso de uma ação judicial, a PNM pode ser obrigada a reconhecer o vínculo empregatício desses prestadores de serviço e pode estar sujeita a inspeções e penalidades administrativas. Tais penalidades podem incluir multas, bem como o reconhecimento formal da relação de emprego, o que pode resultar na obrigação da PNM em formalizar os contratos de trabalho e pagar todos os encargos trabalhistas associados referentes aos últimos cinco anos.

Além disso, há uma presunção de irregularidades anteriores e de reconhecimento da unidade contratual. É importante observar que o prazo prescricional para quaisquer reclamações trabalhistas é de dois anos a partir da rescisão do contrato de trabalho, durante o qual um empregado pode reivindicar valores não pagos dos últimos cinco anos. Para contratos de trabalho em vigor, o prazo prescricional é de cinco anos.

(ii) A PNM é parte em determinados processos cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de seus negócios e discute esses processos tanto na esfera administrativa quanto na judicial. A provisão para riscos é apoiada por depósitos judiciais, quando aplicável. As provisões para perdas potenciais decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da PNM, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considerando os prováveis desembolsos de caixa para cada processo.

Além das contingências provisionadas, a Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos, acompanha processos classificados como de perda possível, para os quais não são constituídas provisões conforme as práticas contábeis vigentes (CPC 25 / IAS 37). Em 31 de dezembro de 2024, o valor estimado dessas contingências totaliza aproximadamente R\$ 3,0 milhões para processos cíveis, R\$ 0,66 milhão para processos trabalhistas e R\$ 3,7 milhões para processos tributários.

A movimentação da provisão para riscos está demonstrada a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>6.131</b>	<b>3.565</b>
Adições	1.340	5.917
Reversões	-	(3.304)
Baixas	-	(47)
<b>Saldo final</b>	<b>7.471</b>	<b>6.131</b>

## 16 Patrimônio Líquido

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia totalizada R\$597.331 (R\$422.582 em 2023), dividido em 3.174.138 ações ordinárias nominativas (2.745.412 ações ordinárias nominativas em 2023), distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Brazilian Nickel Limited	3.174.138	100,00%
	<b>3.174.138</b>	<b>100,00%</b>

O montante de capital social subscrito e não integralizado pela Brazilian Nickel Limited totaliza, em 31 de dezembro de 2024, R\$0,00 (R\$5.602 em 2023).

### Pagamentos baseados em ações ("Stock Options")

A Companhia possui um programa de remuneração de executivos e funcionários que consiste em outorgar direitos a valorização de ações ("Stock Options"). O Plano de outorga de ações estabelece os termos e condições para a outorga de ações ordinárias de emissão da Companhia, sujeitas a determinadas termos e condições.

A Companhia possui dois programas de distintos, sendo um voltado aos Diretores/Executivos denominado como "Planos Individuais" e outro voltado aos Empregados de forma geral, denominado como "ESOP".

Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para executivos e funcionários da Companhia são mensurados pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. A determinação do valor justo das opções de compra outorgadas a todos beneficiários do programa, considera o desenvolvimento de estimativas específicas das premissas para cálculo dos valores justos desses instrumentos, incluindo o preço da ação objeto, preço do exercício da opção, taxa de juros livre de mercado, taxa de dividendos, volatilidade, tempo de vida dos instrumentos, período de carência.

A avaliação do valor justo das opções de compra outorgadas foi mensurada através do método de Black & Scholes, considerando os seguintes parâmetros:

Data de outorga	01/01/2024 a 15/07/2024
Preço da ação	USD 1,40 a USD 1,82
Preço de exercício	USD 0,0012 a USD 1,82
Data de exercício	01/01/2025 a 30/06/2027
Data de vencimento	31/01/2029 a 01/02/2033
Opções outorgadas	2.889.587
Volatilidade	41.39% to 57.51%
Dividendos	N/A
Prazo da opção	3 anos
Taxa livre de risco	4,27% a 4,43%
Valor justo da opção	USD 0,82 a USD 1,81



A movimentação de instrumentos outorgados e liquidados durante o exercício é como segue:

	Planos Individuais		ESOP	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	8.730.226	4.127.676	2.484.740	1.499.110
Outorgadas durante o exercício	1.785.870	4.602.550	143.735	985.630
Liquidadas durante o exercício	(400.000)	-	-	-
Saldo final	<b>10.116.096</b>	<b>8.730.226</b>	<b>2.628.475</b>	<b>2.484.740</b>

O saldo do programa em 31 de dezembro de 2024 é R\$33.384 (R\$17.529 em 31 de dezembro de 2023), sendo reconhecido o montante de R\$15.855 referente a despesa das ações na data do *vesting* (R\$10.811 em 2023).

#### Resultado por ação

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias emitidas durante o período,

	2024	2023
Resultado atribuível aos acionistas	(121.899)	(118.567)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	2.793.630	2.471.601
Prejuízo básico e diluído por ações – em R\$	(43,63)	(47,97)

#### 17 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita bruta de vendas (i)	4.694	26.246
Deduções de vendas (ii)	(173)	(1.109)
<b>Receita Líquida</b>	<b>4.521</b>	<b>25.137</b>

(i) Durante o ano de 2024, a Companhia comercializou parte do estoque de Níquel produzido a partir da operacionalização do Projeto PNP1000.

(ii) Refere-se aos valores de royalties devido em função dos contratos firmados com a Ecora Resources PLC e a Vale S.A.

**18 Custos e despesas por natureza**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Insumos	(2.221)	(22.840)
Gastos com pessoal	(17.992)	(20.306)
Serviços prestados por terceiros	(17.618)	(20.645)
Pagamentos baseados em ações ( <i>Stock Options</i> )	(15.855)	(10.812)
Provisão para valor de realização de estoques (Nota 5)	17.204	(17.204)
Manutenção	(462)	(5.621)
Locação e aluguéis	(2.297)	(5.849)
Transportes	(87)	(3.893)
Materiais diversos	(1.308)	(4.251)
Energia elétrica	(1.081)	(2.195)
Depreciação e amortização	(1.294)	(1.906)
Provisão para contingências	(1.941)	(5.630)
Outros	(4.735)	(3.764)
	<b>(49.687)</b>	<b>(124.916)</b>
Custos dos produtos vendidos	1.536	(86.819)
Despesas com vendas	(504)	(6.970)
Despesas gerais e administrativas	(50.719)	(31.127)
	<b>(49.687)</b>	<b>(124.916)</b>

**19 Outras despesas operacionais**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Ajustes de inventários	(3.021)	(1.208)
Gastos pré-operacionais não capitalizáveis (i)	(25.119)	(5.975)
Outros	(1.770)	(1.323)
	<b>(29.910)</b>	<b>(5.860)</b>

**Gastos pré-operacionais não capitalizáveis por natureza**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Insumos	3.561	1.960
Gastos com pessoal	9.660	1.532
Serviços prestados por terceiros	3.395	691
Manutenção	740	482
Locação e aluguéis	2.998	458
Materiais diversos	1.581	361
Energia elétrica	1.734	188
Depreciação e amortização	917	162
Outros	533	141
	<b>25.119</b>	<b>5.975</b>

- (i) Em 2024, devido à não operação do projeto PNP1000, todos os custos a ele relacionados foram apropriados diretamente no resultado. Esses custos incluem despesas com pessoal, serviços prestados por terceiros, manutenção, energia, materiais, locação, depreciação e outros gastos relacionados.

**20 Resultado financeiro**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Juros sobre mútuos	3.536	759
Variação cambial ativa	19.086	2.684
Outras receitas financeiras diversas	107	63
	<b>22.729</b>	<b>3.506</b>
Encargos financeiros sobre provisão para recuperação ambiental	(437)	(50)
Encargos financeiros sobre arrendamentos a pagar	(112)	(448)
Encargos financeiros sobre passivo de direitos minerários adquiridos	(2.769)	(2.809)
Encargos financeiros sobre obrigações financeiras com terceiros	(31.385)	(7.900)
Variação cambial passiva	(34.245)	(6.790)
Outras despesas financeiras	(604)	1.563
	<b>(69.552)</b>	<b>(16.434)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(46.823)</b>	<b>(12.928)</b>

**21 Partes relacionadas**

As transações entre partes relacionadas são realizadas conforme condições acordadas entre as partes e estão apresentadas a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Ativo</b>		
Mútuo a receber de partes relacionadas (i)	49.200	35.295
	<b>49.200</b>	<b>35.295</b>
<b>Resultado</b>		
Receita de vendas (ii)	4.521	25.137
Encargos financeiros sobre mútuos a receber (i)	3.536	759
Variação cambial sobre mútuos a receber (i)	10.369	(775)
	<b>18.426</b>	<b>25.121</b>

(i) Mútuo a receber de partes relacionadas

A Companhia mantém contratos de mútuos junto à Brazilian Nickel PLC. Os referidos contratos têm como moeda referencial o USD e estão sujeitos a incidência da taxa USD LIBOR para seis meses acrescida de um spread de 2.5 % ao ano sobre o saldo devedor do mútuo, calculados pro rata temporis desde a data de desembolso até a data do efetivo pagamento.

A movimentação do saldo a receber de mútuo está demonstrada a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>35.295</b>	<b>12.455</b>
Provisão de juros (a)	3.536	759
Varição Cambial (a)	10.369	(775)
Valores cedidos	-	35.521
Valores recebidos	-	(12.665)
<b>Saldo final</b>	<b>49.200</b>	<b>35.295</b>

(a) Juros e variações cambiais totalizam R\$13.905 em 2024 (R\$ 22.840 em 2023).

#### (ii) Operações de venda

Em 2024, a Companhia realizou transações de venda de produtos acabados junto a Techmet-Mercuria S.A., subsidiária da Techmet Ltd, que é uma das acionistas da Brazilian Níquel Limited. O preço de venda é fixado em 76% do conteúdo final de níquel, conforme a menor média mensal publicada pelo LME Nickel.

A movimentação do saldo de vendas está demonstrada a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Receita de vendas	4.521	25.137
<b>Saldo Final</b>	<b>4.521</b>	<b>25.137</b>

#### Remuneração do pessoal chave da administração

Em 2024, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que abrangem os seus Diretores Estatutários, totalizou R\$4.440 (R\$3.147 em 2023).

## 22 Instrumentos financeiros

### Classificação contábil e valores justos

A classificação dos instrumentos financeiros por categoria está apresentada a seguir:

	<b>Mensuração</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes	Custo amortizado	3.147	2.893
Mútuo com partes relacionadas	Custo amortizado	49.200	35.295
		<b>52.347</b>	<b>38.188</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	10.381	8.086
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	1.018	7.754
Obrigações relativas a direitos minerários adquiridos	Custo amortizado	30.272	24.653
Obrigações financeiras assumidas junto a terceiros	Valor justo por meio do resultado (Nível 3)	128.335	75.715
		<b>170.006</b>	<b>116.208</b>



A Companhia adota a mensuração a valor justo para as obrigações financeiras assumidas junto a terceiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

**Nível 1** - Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Empresa possa ter acesso na data de mensuração.

**Nível 2** - Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os *inputs* são observáveis.

**Nível 3** - Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A Administração entende que os demais instrumentos financeiros, tais caixa e equivalentes de caixa, mútuo com partes relacionadas, fornecedores, passivos de arrendamentos e obrigações relativa a direitos minerários adquiridos, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

As divulgações e informações adicionais acerca da obrigações financeiras assumidas junto a terceiros está na nota explicativa nº 14.

### Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A Administração tem responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de risco.

A estrutura de gerenciamento de riscos foi estabelecida para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos, controles apropriados e procedimentos adequados para monitorar os riscos e aderência aos limites estabelecidos. Por meio de treinamento e procedimentos de gestão, a Companhia busca desenvolver um ambiente adequado de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

#### (i) Risco de credito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro não cumpra suas obrigações contratuais. Este risco está basicamente associado aos saldos mantidos junto as instituições financeiras (depósitos bancários e aplicações financeiras).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máximo ao risco de crédito, sendo que a exposição máxima ao final do exercício está apresentada a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalente de caixa	3.147	2.893

Os saldos mantidos de conta corrente e aplicações financeiras são mantidos junto a bancos e instituições financeiras conceituados pelo mercado.

## (ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso a Companhia elabora análise de fluxo de caixa projetado e revisa periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa não descontados contratados referentes aos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2024, por faixas de vencimento, correspondentes ao período de remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Saldo em 31/12/24	Vencimento				
		12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Acima de 48 meses
Fornecedores	10.381	10.381	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	1.018	577	441	-	-	-
Obrigações financeiras assumidas junto a terceiros	128.335	-	-	-	-	128.335
Obrigações relativas a direitos minerários adquiridos	30.272	-	-	-	-	30.272

	Saldo em 31/12/23	Vencimento				
		12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	Acima de 48 meses
Fornecedores	8.086	8.086	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	7.754	6.650	1.104	-	-	-
Obrigações financeiras assumidas junto a terceiros	75.715	-	-	-	-	75.715
Obrigações relativas a direitos minerários adquiridos	24.653	-	-	-	-	24.653
	<b>116.208</b>	<b>14.736</b>	<b>1.104</b>	-	-	<b>100.368</b>

## (iii) Risco de mercado

Risco relativo à variação da taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de oscilações do CDI e SELIC em razão dos saldos mantidos em aplicações financeiras e de uma parcela das obrigações relativas aos direitos minerários adquiridos.



A análise de sensibilidade dos juros sobre a exposição líquida as oscilações do CDI e da SELIC utilizou, como cenário provável (Cenário I), as taxas referencias obtidas no site do Banco Central do Brasil (<https://www.bcb.gov.br>), em 31 de dezembro de 2024, e os cenários II e III levaram em consideração um incremento nestas taxas de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valor nominais, são como seguem:

	Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Exposição líquida passiva ao CDI	13.429		
CDI	10,83%	13,53%	16,24%
Despesas líquidas com juros indexadas ao CDI	1.454	1.817	2.181

#### Risco relativo à variação cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de operações em moeda estrangeira, vinculadas principalmente ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre das operações de mútuo em aberto e de uma parcela das obrigações relativas aos direitos minerários adquiridos.

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no fim do período, considerando o câmbio vigente em 31 de dezembro de 2024. Assim, o cenário I considerou valorização do real em 5% sobre o cenário observado em 31 de dezembro de 2024, adicionalmente, os cenários II e III foram calculados com valorização do real em 15% e 25%, respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Exposição líquida ativa em USD mil	4.790			
Taxa de cambio	6,1923	5,8827	5,2635	4,6442
<b>Ganhos (perdas) no resultado em R\$ mil</b>		<b>(1.483)</b>	<b>(4.449)</b>	<b>(7.415)</b>
	31/12/2023	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Exposição líquida ativa em USD mil	4.790			
Taxa de cambio	4,8413	4,5992	4,1151	3,6310
<b>Ganhos (perdas) no resultado em R\$ mil</b>		<b>(1.159)</b>	<b>(3.478)</b>	<b>(5.797)</b>

#### Gestão de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever sua política de investimento, fazer novas captações ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos.

## 23 Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

## 24 Eventos subsequentes

### Reforma Tributária no Brasil

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, primeira etapa de regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui o novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, com criação do IBS (imposto compartilhado entre Estados/DF/Municípios), da CBS (contribuição federal) e do Imposto Seletivo (IS).

Pontos principais:

- Transição escalonada: implementação do novo sistema a partir de 2026, com período de transição até 2033.
- Modelagem “por fora”: IBS e CBS terão incidência por fora, exigindo revisões em processos de precificação, sistemas e divulgações financeiras.
- Status regulatório: o Ministério da Fazenda mantém página oficial com o andamento da regulamentação infraconstitucional e materiais técnicos.

Até a data da aprovação das DFs não há impacto material imediato na mensuração dos saldos contábeis. A Companhia continuará monitorando a regulamentação e atualizará as notas quando houver efeitos quantificáveis.

### Outros eventos

Os únicos eventos ocorridos são oriundos de capitalizações por meio de aportes de capital para manutenção das atividades operacionais e administrativas.

DocuSigned by:

*André Simão*

39F43B9BA0E3437

André Simão Osorio de Barros  
Diretor financeiro

DocuSigned by:

*Cesar Robiny Gonçalves*

68B4C8D8F83E42B

Cesar Robiny Gonçalves - Contador  
CRC-MG 127895/O